

Barracão de Carnaval: reflexão sobre os trabalhadores da folia.

Yasmin Jardim Moreira¹

Palavras-chave: Carnaval; Trabalho; Escola de Samba

Resumo:

Quem faz o carnaval? Quem são muitas mãos que constroem um desfile de escola de samba no Rio de Janeiro? A pesquisa analisa o trabalho na construção do “maior espetáculo da terra” a partir da vida cotidiana de um grupo de aderecistas na construção de fantasias para o desfile de uma escola de samba do carnaval do Rio de Janeiro, nos meses que precederam a festa em 2025. Ao pensar nos responsáveis pela construção de um desfile, a figura do carnavalesco é uma das mais destacadas como responsável pela construção da carnavalização de um tema tornado enredo. A centralidade pública desse mediador cultural coloca uma cortina na produção em cadeia de diversos trabalhadores, escultores, costureiras e aderecistas. A grande massa de pessoas que trabalham na preparação dos desfiles pode ser compreendida por meio da alegoria da “fábrica” de “ilusões”, mas ela não é somente um espaço produtivo, mas parte central da vida cotidiana desse grupo. O objetivo da pesquisa é, assim, compreender o trabalho no barracão, seus sentidos para as próprias pessoas que lá exercem algum ofício, assim como os conflitos presentes nesse ambiente oculto do espetáculo. Ela é baseada em trabalho de campo etnográfico no barracão da Acadêmicos da Grande Rio, em entrevistas semiestruturadas com os aderecistas em seu próprio ambiente de trabalho.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

Introdução

O Carnaval carioca é celebrado mundialmente como o "maior espetáculo da Terra", um evento onde o luxo e a criatividade atingem seu ápice na passarela da Marquês de Sapucaí. No entanto, o brilho das fantasias e a grandiosidade dos desfiles dependem de uma engrenagem oculta que opera muito longe dos holofotes: o barracão da escola de samba. É neste espaço de produção, localizado na Cidade do Samba ou em galpões espalhados pela cidade, que o projeto artístico ganha corpo e materialidade pelo trabalho exaustivo de adrecistas e artesãos.

Este ensaio apresenta recortes reflexivos da minha dissertação *“Do barracão à avenida: trabalho, tempo e dinheiro na construção da fantasia carnavalesca”*, defendida ao final de 2025. O estudo nasceu de uma inquietação central: quem são as mãos invisíveis que erguem o desfile? Se a figura do carnavalesco é o mediador cultural que ganha o palco, ele acaba por projetar uma cortina sobre a produção em cadeia que ocorre nos bastidores. Para compreender esse "fazer" carnavalesco, realizei um trabalho de campo etnográfico de janeiro até o dia do desfile em março de 2025, no ateliê das baianas da escola de samba Acadêmicos da Grande Rio, integrante do Grupo Especial. A escolha por esta escola e, especificamente, pela ala das baianas —devido à sua importância simbólica e precisão técnica exigida— permitiu observar com clareza as hierarquias, as dinâmicas colaborativas e as pressões de tempo que definem a rotina produtiva.

A metodologia baseou-se na observação participante, inspirada pela importância de ver e escutar o cotidiano. Durante o campo, utilizei um diário para sistematizar as nuances do trabalho coletivo e registros fotográficos como apoio para a memória da análise. Para aprofundar a compreensão das trajetórias laborais, conduzi cinco entrevistas semiestruturadas com o coordenador do setor e adrecistas do ateliê, realizadas entre junho e julho de 2025. Esse diálogo posterior ao desfile possibilitou que os interlocutores refletissem sobre o ofício, as redes de inserção e a articulação desse trabalho com outras atividades ao longo do ano.

Este texto propõe uma reflexão desse trabalho a informalidade que marca o barracão não é caótica; ela é o mecanismo funcional que permite a gestão de ciclos curtos. Longe de uma visão romântica, apresento um cotidiano marcado por prazos implacáveis, riscos estruturais e uma racionalidade econômica refinada. O Carnaval, visto a partir do ateliê, revela-se tanto uma "fábrica de sonhos" quanto uma complexa "máquina de fazer dinheiro", onde os trabalhadores equilibram, com agência e cálculo, a precariedade do sistema e a necessidade vital de "ganhar a vida".

Cidade do Samba e o Barracão

A Cidade do Samba Joãozinho Trinta, encravada na região portuária do Rio de Janeiro — território histórico da "Pequena África" (VELOSO, 1990) —, abriga a produção material do espetáculo do Grupo Especial. Conhecida como a "fábrica dos sonhos" (BLASS, 2007), a dinâmica desse espaço contrasta drasticamente com a sociabilidade festiva e afetiva das quadras. Fundada em 2006, a Cidade do Samba é administrada pela LIESA (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro), entidade privada que, em acordo com a Secretaria Municipal de Turismo, organiza o desfile. O espaço conta com doze galpões destinados às escolas e dois ao acervo da LIESA, cuja criação buscou facilitar o deslocamento dos grandes carros alegóricos para a Marquês de Sapucaí, concentrando a produção em um único local.

Como aponta Soares (1999), a profissionalização e a centralização da produção nos barracões geraram um profundo distanciamento social e territorial. Enquanto a quadra é o espaço catártico da celebração coletiva, o barracão opera a portas fechadas, regido pela lógica estrita do trabalho pesado, da competição e, fundamentalmente, do segredo.

Foi diante dessas portas cerradas que vivenciei a impermeabilidade desse universo. Minha entrada em campo na Acadêmicos do Grande Rio, visando a pesquisa para o mestrado que originou este ensaio, não ocorreu por vias institucionais ou ofícios de apresentação acadêmica. Apresentar-me puramente como pesquisadora gerava uma desconfiança imediata, evidenciando as barreiras de um mundo que se protege do olhar externo. O acesso só se concretizou a partir do acionamento de redes pessoais e familiares, ancorando-me na figura de uma parente com trânsito interno. Essa necessidade de forjar uma identidade segura por meio de laços de intimidade atesta o quão restrito é o barracão, um território blindado até mesmo para a maior parte dos componentes da agremiação (TURETA; ALCADIPANI, 2011).

Inserida ali sob a condição de adrecista voluntária, percebi que o ocultamento do trabalho opera como um rígido dispositivo de disciplina que incide sobre os próprios corpos. O segredo exigia mais do que não tirar fotos ou evitar o celular; ele exigia policiar o próprio olhar. Rapidamente, adquiri a prática de não olhar longamente para os carros alegóricos em construção. Havia um peso no ar, uma sensação constante de que observar demais configurava uma transgressão, uma quebra no pacto coletivo que preserva o ineditismo do espetáculo. Romper esse segredo seria como antecipar o clímax: perder o encanto que só se revela plenamente na avenida.

Essa tensão e esse controle perpassam toda a geografia do barracão, cuja estrutura espacial materializa as próprias hierarquias da produção. No térreo ocorre a construção de todos os carros alegóricos, com ferreiros atuando em suas estruturas e adereçagem, além do almoxarifado da escola; o segundo andar abriga o refeitório e os vestiários; o terceiro andar permanece como uma zona de poder opaca, restrita às diretorias e coordenações.

O quarto andar explicita os contrastes desse espaço. Seu corredor de acesso é delimitado por uma grande divisória destinada à visita guiada de turistas pela empresa “Carnaval Experience”. A empresa vende o acesso com a chamada de conhecer os bastidores do carnaval, levando os turistas a um corredor decorado com fantasias e esculturas de desfiles anteriores e a possibilidade de vestirem fantasias para fotos. Depois da limitação do “Carnaval Experience”, o quarto andar abriga o amplo galpão pouco ventilado e dividido por estruturas metálicas, pedaços de espumas, tecidos, rolos de fita e pedaços de fantasias que delimitavam diferentes ateliês. A circulação passava entre as fantasias que estavam sendo produzidas e seus grupos de 5 a 6 pessoas em trabalho, tendo entre eles os responsáveis pelas fantasias de diversas alas e, ao fundo, cerca de 15 mesas de costura.

Equipe e Hierarquias

A profissão do carnavalesco, institucionalizada nos anos 1970 por Fernando Pamplona, consolidou a figura desse profissional como o intelectual condutor do desfile. Como aponta Cavalcanti (2006), ele é o mediador cultural que transforma um sonho individual em projeto coletivo, enquanto Santos (2006) e Cordeiro (2017) lembram que essa centralidade também reforça rígidas hierarquias. Ao colocar uma cortina sobre a produção em cadeia, o “criador” ofusca as muitas mãos que trabalham na base dessa engrenagem. No barracão, o trabalho não obedece ao tempo da festa, mas à métrica fabril: a jornada regular estende-se das 9h às 19h, de segunda a sábado. À medida que o prazo de entrega se aproxima, especialmente no último mês que antecede o desfile, essa rotina se intensifica drasticamente, com expedientes das 9h às 21h. O trabalho aos domingos ocorre sob demanda, caso haja atrasos no planejamento do chefe da equipe.

Foi nesse ritmo, circulando no quarto andar entre estruturas metálicas, rolos de fita, espumas e o ar abafado por poucos ventiladores, que conheci Léo. Homem negro e jovem, ele era o chefe do ateliê responsável por confeccionar cerca de 150 fantasias, incluindo as da tradicional ala das baianas. O processo começava meses antes, quando

Léo precisava traduzir a viabilidade dos croquis do carnavalesco em um protótipo aprovado. Em nossas conversas, ele definia a reprodução seriada subsequente como um "quebra-cabeça": uma coreografia onde costura, escultura, pintura e adereçagem acontecem de forma simultânea.

É justamente nesse entrelaçamento que Léo atuava, ao receber em seu ateliê pedaços já “carnavalizados” de plásticos, saias, retalhos, babados e pedrarias para uni-los e transformá-los na singularidade da fantasia das baianas. O ateliê, portanto, não é apenas o local físico da execução, mas o espaço em que a dispersão dos elementos se converte em unidade visual. Se o desenho do carnavalesco oferece à fantasia um sentido e a avenida lhe confere função e vida, é no ateliê das baianas que ela adquire corpo e consistência material.

Contudo, para que essa fantasia ganhe corpo sob tamanha pressão de tempo, a montagem da equipe revela uma realidade de intensa informalidade. A diretoria da escola de samba contrata os carnavalescos, que, por sua vez, contratam os chefes dos ateliês; cabe a estes convocar seus trabalhadores por meio de acordos verbais (FEIJÓ; NAZARÉ, 2011). Léo estruturava seu grupo mesclando conhecidos de outros carnavais e novatos, compondo uma equipe diversa: Katia, Sônia, Jorge, Samuel e Renato. Eles compartilhavam uma trajetória comum de entrada no ofício de aderecista: a necessidade de trabalho. Mesmo que todos atuassem entre idas e vindas, há mais de cinco anos na área, a oportunidade não chegou como uma curiosidade artística ou aptidão prévia, mas como uma alternativa de sobrevivência. Como resumiu Jorge em uma das conversas: "Tava desempregado e pedi pra ele uma vaga". O próprio Léo recorda que, há mais de 10 anos, ingressou no carnaval pela "porta" aberta por um amigo em um momento de crise financeira, padrão reiterado nas falas de Katia.

Essa dinâmica encontra eco na análise de Benoît de L’Estoile (2020) sobre a vida em contextos de incerteza radical. Diante de uma precariedade estrutural onde o futuro do emprego é imprevisível, as redes pessoais tornam-se um capital mais valioso que o próprio dinheiro — o "amigo é melhor que o dinheiro". No barracão, o apadrinhamento e a indicação não são meros traços de sociabilidade, mas o principal mecanismo de seguridade social. Para Léo, acionar essa rede de confiança opera como uma gestão de risco: ao investir nas relações e na transmissão do seu saber, ele garante a resiliência da sua equipe para os próximos carnavais. Afinal, o compromisso de trabalho no barracão é essencialmente sazonal: a equipe ingressa em setembro e segue até o dia do desfile, com a expectativa, sempre incerta, de retornar no próximo ano.

Empreitadas e Tensões

Em certo momento do trabalho de campo, perguntei a Katia e Sônia se desejavam que fevereiro passasse rápido, para que o trabalho acabasse logo. Sônia respondeu de forma direta: “Trabalhar mais, mais dinheiro. Eu gosto de dinheiro. Carnaval é uma máquina de fazer dinheiro”. Compreender como essa “máquina de dinheiro” opera para os meus interlocutores exigiu entender a figura dos empreiteiros e a lógica das empreitadas.

A categoria surgiu quando Sônia relatou com orgulho ter finalizado e entregue o estandarte de um bloco. Diante do meu estranhamento, elas explicaram que “empreitada” é o serviço de adereçamento pago por peça entregue, sem vínculo semanal ou horário fixo. Como ilustrou Jorge:

“Isso é assim, você me dá, por exemplo, uma caneca e eu vou reproduzir lá no papelão, no material que tem, 100 canecas. Acabei e recebo. Não tenho vínculo semanal de receber pela escola. Aí eu posso chegar 9 horas da manhã, meio-dia, 3 horas da tarde. Não importa. O dia que for combinado, eu tenho que entregar o serviço.” (Jorge)

Essa aparente autonomia ganha outros contornos quando o trabalhador migra da empreitada individual para o trabalho no ateliê do barracão, chefiado por um “empreiteiro”, nesse caso, o Léo. O ateliê opera com acordos “de boca”, prazos rígidos e pagamentos quinzenais. Jorge, que abriu mão de algumas empreitadas individuais para integrar a equipe fixa, traduziu perfeitamente essa cadeia de subcontratação ao comemorar o recebimento de uma quinzena: “Nós somos trabalhadores quarteirizados, o Léo que é o terceirizado”. Toda a gestão do pagamento e o custeio das horas extras concentravam-se no acordo de valor fechado entre a escola e Léo.

Embora financeiramente a empreitada avulsa parecesse render mais no curto prazo, a escolha pelo ateliê envolvia um cálculo de risco. Como Jorge ponderou, o ateliê “não é melhor do que a empreitada financeiramente, mas é mais seguro, né? Porque a empreitada você tem que terminar rápido para receber e o ateliê é certo”. Esse cálculo cotidiano dialoga com o que Machado (2018), no texto “*Estratégias de vida e jornada de trabalho*”, denomina de “falsa autonomia”: o trabalhador vende sua força como se fosse autônomo, recebendo por tarefa, o que transfere a ele todos os riscos e intensifica brutalmente o ritmo de produção.

Assim como os chefes de família estudados por Machado, que articulavam múltiplas estratégias em contextos de crise para garantir a sobrevivência do núcleo doméstico, os aderecistas de Léo compõem sua renda através de uma racionalidade

econômica que combina diferentes frentes. As “estratégias de vida” não é apenas uma forma de trabalho, mas um mecanismo que dilui as fronteiras entre tempo livre e produtivo, forçando o trabalhador a intensificar o ritmo para potencializar ganhos.

É aqui que a estratégia de potencialização de ganhos se torna central: para maximizar a renda, os aderecistas de Léo somavam o "certo" — o pagamento quinzenal do ateliê — com o "extra" das pequenas empreitadas feitas paralelamente. Em uma visita ao campo no carnaval seguinte, já como amiga e não mais como pesquisadora, os valores me foram revelados: o ateliê da escola pagava quinzenalmente 700 reais e eles complementavam com empreitadas avulsas, negociações calculadas meticulosamente com base no prazo, na urgência e na qualidade do artesão. Esse movimento mostra que a alternância entre o trabalho fixo e o serviço avulso não é aleatória, mas uma estratégia deliberada de equilíbrio: uma forma de extrair o máximo valor possível do sistema, ajustando a jornada e as oportunidades disponíveis para assegurar a subsistência familiar.

Essa racionalidade econômica insere-se no debate antropológico sobre o "ganhar a vida". Ao deslocar o foco do emprego formal para as práticas cotidianas de subsistência, autores como Narotzky e Besnier (2020) definem o conceito como um conjunto de táticas que vai além do salário, incluindo estruturas de aprovisionamento e redes de circulação de renda. Para a América Latina, Fernández Álvarez e Perelman (2020) ressaltam que a precariedade não é uma crise pontual, mas uma condição estrutural de incerteza permanente à qual os trabalhadores respondem com práticas enraizadas.

Sob essa lente, a "empreitada" e a pluriatividade dos aderecistas revelam-se expressões típicas de reprodução social no Sul Global. A "falsa autonomia" (MACHADO, 2018) somada ao "ganhar a vida" não configuram uma condição passiva; são, na prática, um campo constante de cálculo. Para esses trabalhadores, a sobrevivência exige um exercício contínuo de agência: cada escolha, entre a segurança do ateliê, a urgência de uma empreitada ou a exaustão de uma hora extra, reflete uma racionalidade refinada que busca extrair o máximo valor possível de um sistema que lhes oferece, simultaneamente, risco e oportunidade.

A estrutura física dos barracões impacta diretamente a rotina produtiva. Mesmo na Cidade do Samba, galpões fechados e com ventilação precária atingem temperaturas de 40 °C no verão, exigindo improvisos como o uso de ventiladores pessoais ligados a extensões elétricas sobrecarregadas. Esse cenário de precariedade, somado a falhas imprevisíveis no fornecimento de luz e água, torna os riscos cotidianos uma constante.

Essa fragilidade estrutural tornou-se evidente em 12 de fevereiro de 2025, quando um incêndio em uma fábrica têxtil no bairro de Ramos, que produzia fantasias para escolas do Grupo de Acesso, resultou em 20 feridos e um óbito. O acidente expôs os perigos da produção segmentada e pouco regulamentada do Acesso, que, ao contrário do Grupo Especial, ainda aguarda a construção de galpões próprios. Ao chegar ao barracão da Grande Rio logo após o noticiário sobre o incêndio, encontrei o ateliê em silêncio. A concentração no trabalho era interrompida apenas pelo acompanhamento tenso das notícias pelo celular. Todos ali haviam iniciado suas trajetórias no carnaval em fábricas semelhantes à Maximus, conhecendo de perto os riscos envolvidos.

O ritmo frenético da produção converte os barracões em verdadeiros "internatos", onde jornadas exaustivas forçam trabalhadores a montar acampamentos improvisados para cumprir prazos (FEIJÓ; NAZARETH, 2011). Essa rotina intensifica a percepção de risco. Léo, ao refletir sobre o incêndio em Ramos, aponta a precariedade como um perigo constante:

“Mas eu acho também que existe um pouco de negligência do próprio trabalhador. Porque assim, os espaços fora da Cidade do Samba são completamente insalubres, não são todas as escolas que trabalham com a mesma estrutura que a gente, então eu acho que o cuidado tem que ser redobrado.” (Léo)

A fala do adrecista revela como a segurança acaba sendo internalizada como uma responsabilidade individual, em meio a condições de trabalho insalubres onde o perigo é normalizado.

A própria Cidade do Samba, embora seja um modelo, não protege os trabalhadores. Falhas constantes na rede elétrica e a falta de água em dias de calor extremo forçam a equipe a improvisar soluções básicas. A equipe improvisava soluções, como comprar água fora ou levar isopor com gelo, observando o contraste entre o luxo da avenida e as condições reais de trabalho: “Veem o luxo da avenida e não sabem o que a gente passa”, relatou Jorge. Sônia, ao descrever o perigo de combustão da "cola fria" sob o teto abafado, sintetiza o medo cotidiano: o vapor do calor pode gerar combustão

A primeira notícia da mídia em relação ao incêndio em Ramos foi apontar que as escolas que perderam suas fantasias desfilariam, mas sem participar da competição, a reação de Jorge resumiu o sentimento de invisibilidade coletiva: "Não se importam com vidas, é mais um". Para esses sujeitos, o brilho da avenida é construído sobre uma base produtiva que convive, diariamente, com a ameaça real do incêndio.

Na terça-feira seguinte ao incêndio, o Ministério do Trabalho fiscalizou os barracões, obrigando os aderecistas sem registro a evacuar o espaço e aguardar na rua. A cena gerou um misto de riso e indignação nos grupos de WhatsApp da equipe, preocupados com o tempo de trabalho perdido — horas que teriam de ser compensadas com ainda mais exaustão nos finais de semana. Para Léo, a fiscalização era apenas uma etapa de um processo burocrático regular, que se intensificava a cada ano.

“Ministério de trabalho no período do carnaval faz visita constante às instalações elétricas, às instalações de banheiro, que tipo de conforto cada escola oferece para os seus funcionários. Então é habitual. Isso fica mais intenso a cada ano, o Ministério Público cria mais regras para o funcionamento dos barracões da Cidade do Samba. A gente tem um investimento muito grande nos barracões.” (Léo)

Katia oferece outra perspectiva, relacionada à informalidade do trabalho:

“A gente trabalha sem carteira assinada, né? Então, só pode ficar... Pra eles é como se fosse um trabalho escravo, né? Então, quem não tem carteira assinada não pode ficar dentro do barracão enquanto o Ministério do Trabalho vem. Mas só ficaram mesmo dentro da escola, só quem tinha carteira assinada(...), então todo mundo tinha que sair de dentro do barracão e ficávamos rodando até eles saírem. Quando saíram, retornamos.” (Katia)

Essa cena de fuga e retorno revela que a informalidade não é uma falha, mas o princípio organizador da economia política do carnaval. O mesmo discurso de autonomia que confere agência ao trabalhador é o que sustenta um modelo de negócio altamente lucrativo, ancorado na flexibilização e na redução de custos. Para os aderecistas, a fiscalização era sentida menos como proteção e mais como uma interrupção inoportuna: cada hora parada na rua significava uma hora a menos de produção, que teria de ser compensada com mais exaustão física para garantir o cumprimento dos prazos.

Sendo este ensaio um desdobramento da minha pesquisa de mestrado, o objetivo aqui não é julgar moralmente esse modelo como “bom” ou “ruim”, mas refletir sobre como ele é vivido. A agência desses trabalhadores não se manifesta na recusa ao sistema, mas na negociação constante de suas posições dentro dele. Eles equilibram os perigos da “fábrica de sonhos” porque ela é, também, a sua “máquina de fazer dinheiro”. A informalidade, neste contexto, não é apenas um lugar de vulnerabilidade, mas uma ferramenta de cálculo e sobrevivência, onde o aderecista transforma a precariedade sazonal em uma estratégia concreta para garantir o seu sustento e o brilho que o público consome na avenida.

Considerações Finais

O barracão revela a dupla face do carnaval (BLASS, 1998): é o território onde a festa se materializa através de um trabalho coletivo que opera para além do brilho da avenida. Ao longo desta reflexão, que retoma os achados da minha dissertação, aponto que o labor dos adrecistas não deve ser reduzido à mera precariedade. Se, por um lado, eles enfrentam riscos estruturais, por outro, exercem uma agência prática que transforma o barracão em um espaço de negociação constante. Eventos como o incêndio em Ramos e a fiscalização do Ministério do Trabalho materializaram essa face invisibilizada, expondo que o "pesadelo" dos bastidores sustenta a "fábrica de sonhos".

Ao acompanhar o cotidiano do ateliê, tornou-se evidente que o saber-fazer carnavalesco não se transmite por manuais, mas pela observação e pela convivência. Nesse universo, a cultura do sigilo, atrás dos portões fechados dos galpões da Cidade do Samba, cumpre uma dupla função: preserva a mágica do espetáculo para o público e impede que o reconhecimento se personalize no artesão, mantendo-o absorvido pela coletividade da escola. A categoria da "empreitada" revela-se, assim, a peça-chave para decifrar esse sistema: ela é o princípio organizador econômico que sustenta a economia do carnaval. Os trabalhadores assimilam essa engrenagem como uma forma de potencializar ganhos anuais nesta "máquina de fazer dinheiro", tornando a informalidade e a instabilidade não como falhas, mas o pilar que sustenta a produção em larga escala, permitindo que a "máquina" funcione em ciclos curtos e intensos.

A experiência etnográfica revelou que o fim do desfile na Quarta-Feira de Cinzas não encerra o ciclo, mas o reconfigura. A efemeridade da fantasia, que desaparece na Apoteose, contrasta com a permanência das redes de confiança. Minha inserção nesse campo, que transcendeu a escrita da dissertação e culminou no convite de Léo para integrar a equipe em 2026, vestindo novamente as baianas na Marquês de Sapucaí. Este convite está longe de ser um chamado técnico; é, antes, um ponto de inflexão anual que articula redes de contato e confiança essenciais nesse universo.

Ao iluminar essas dinâmicas, este ensaio aponta que o carnaval não se explica somente pela festa, mas sobretudo pelo trabalho que a faz existir. Ao mesmo tempo em que materializa o enredo e traduz visualmente a narrativa da escola, o fazer carnavalesco disfarça, sob brilhos e pedrarias, a dimensão do trabalho que a produz. Como afirma Cavalcanti (2015, p. 70), “Carnaval não designa, portanto, a festa simplesmente, mas todo processo que nela desemboca”, no cruzamento entre o fazer e o mostrar, entre o barracão e a avenida, que se inscreve a trajetória aqui analisada. O desfile termina, a fantasia é

descartada, mas o ciclo de acumulação, risco e invisibilidade que sustenta a vida de quem constrói o brilho da Sapucaí permanece, aguardando, ano após ano, o próximo carnaval.

Bibliografia

- ANTUNES, R. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- APPADURAI, A. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.** Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2008.
- BLASS, L. **Desfile na avenida, trabalho na escola de samba: a dupla face do carnaval.** São Paulo: Annablume, 2007.
- BLASS, L. **Trabalho no Barracão, desfile na avenida: a dupla face do carnaval.** Coimbra: CES, 1998.
- CAVALCANTI, M. **Carnaval Carioca: dos bastidores ao desfile.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: UFRJ, 2006.
- CAVALCANTI, M. **Carnaval, ritual e arte.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- CAVALCANTI, M. **Os sentidos no espetáculo.** Revista de Antropologia, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 35-72, 2002.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FEIJÓ, C.; NAZARETH, A. **Artesãos da Sapucaí.** São Paulo: Olhares, 2011.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M.; PERELMAN, M. **Perspectivas antropológicas sobre as formas de (ganhar a) vida.** Cadernos de Antropologia Social, Buenos Aires, n. 51, p. 7-19, 2020.
- G.R.E.S. ACADÊMICOS DO GRANDE RIO. **Pororocas Parawaras: as águas dos meus encantos nas contas dos curimbós.** Rio de Janeiro: LIESA, 2024. (Abre-Alas Carnaval 2025). Disponível em: <https://liesa.org.br/downloads/carnaval/Terca.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- L'ESTOILE, B. **"Dinheiro é bom, mas um amigo é melhor": incerteza, orientação para o futuro e a "economia".** Ruris, Campinas, v. 12, n. 02, p. 227-264, set. 2020.
- MACHADO DA SILVA, L. **O mundo popular: trabalho e condições de vida.** Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.
- NAROTZKY, S.; BESNIER, N. **Crisis, valor y esperanza: repensar la economía.** Cuadernos de Antropologia Social, Buenos Aires, n. 51, p. 23-48, 2020.
- OLIVEIRA JUNIOR, M. **Carnavalescos e Escolas de Samba SA: produção simbólica, indústria cultural e mediação.** CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, v. 24, 2018.
- SOARES, R. **O cotidiano de uma escola de samba paulistana: o caso da Vai Vai.** 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Salvador: Imago, 2002.
- SODRÉ, M. **Samba, o dono do corpo.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.